



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KASSIA EMMILLA GONÇALVES RODRIGUES

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS
EMANCIPATÓRIAS: uma análise do serviço social na cena contemporânea**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

KASSIA EMMILLA GONÇALVES RODRIGUES

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS
EMANCIPATÓRIAS: uma análise do serviço social na cena contemporânea**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Esp. Jácsa Vieira de Caldas

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

KASSIA EMMILLA GONÇALVES RODRIGUES

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS
EMANCIPATÓRIAS: uma análise do serviço social na cena contemporânea**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Serviço Social do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio –
UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Esp. Jácса Vieira de
Caldas

Data de aprovação:06/12/2022

Banca Examinadora

Prof.^a. Esp. Jácса Vieira de Caldas
Orientador (a)

Prof.(a). Mestre. Sheyla Alves
Dias
Examinador(a) 1

Prof.(a). Esp. Pautilia Ferraz
Araruna
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

DEDICATÓRIA

A minha querida prima Bárbara (in memoriam), meu exemplo diário de um ser humano íntegro, cujo empenho pela sociedade sempre veio em primeiro lugar, ponho aqui os resultados dos seus esforços com muita dedicação.

AGRADECIMENTOS

Obrigada a Deus e ao universo, por me dar forças para continuar e abençoar essa jornada, sou extremamente grata pela oportunidade de conseguir chegar até aqui, mesmo com tantas adversidades encontradas no caminho, que me fizeram mais forte e consciente da pessoa que sou e a que estou me tornando.

A minha amada família, meus pais Auzelina e Assis, que me deram incentivo em momentos difíceis e em qualquer situação, aos meus irmãos, Mayra e David, que nunca mediram esforços para me ajudar, obrigada por todo o apoio prestado ao longo da minha graduação, nada disso seria possível sem a participação e o auxílio de vocês, amo vocês demais.

Obrigada Dhara e Danilo, primos queridos que sempre me incentivam. Tia Tica e Tia Cristina, minhas primeiras professoras, pelas palavras que transmitem coragem e superação de dados obstáculos, e aos demais membros da minha família que direta ou indiretamente influenciaram nessa caminhada.

A minha professora orientadora, Jacsa Vieira, a qual tive a oportunidade de conviver nos últimos anos, enquanto professora e supervisora de estágio, que sempre mostra sua dedicação e amor por esta profissão, obrigada por marcar minha trajetória nessa instituição. Não encontro palavras para descrever a gratidão que sinto por ti, obrigada por todas as lições, monitoria, aprendizado, experiências magníficas e puxões de orelhas, guardarei cada momento vivenciado como fonte de inspiração.

Aos meus professores, que me acompanharam ao longo do curso, em especial Jacsa Vieira, Márcia Figueiredo, Cecília Leite, Pautilia Ferraz, Maridiana Dantas, Sheyla Dias, Jamile Vieira e Pedro Adjedan, agradeço a todo suporte, palavras, incentivos, broncas e ensinamentos que pude ter o privilégio de receber de vocês, espero me tornar um pouco do profissional que cada um vocês são.

Agradeço às minhas amigas e colegas de graduação, Taliele Dantas, Greice Hele, Jéssica Brito, Nágela Dayanne, Evelyn Sousa, Gelniza Gessyca, Natália Mota e Nara Nascimento, pelos momentos compartilhados, vocês são muito especiais, agradeço demais os quatro anos que passamos juntas, foram muito significativos para minha trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço aos demais discentes do curso de Serviço Social

À Milena, meus eternos agradecimentos, nem sei o que seria da minha pessoa sem o seu suporte, obrigada por toda a orientação nessa reta final, não tenho palavras para externar o quão importante você foi nesses últimos dias, obrigada por aguentar todos os meus desabafos e surtos.

Aos meus amigos, Alexandre Maciel, Alexia Fernandes, Ane Caroline, Bibiana Belisário, Bruna Goulart, Clara Duarte, Daniel Viana , Débora Nascimento, Esther Nascimento, Giovana Figueiredo e Giovanna Martins, Ítalo Silva, Juliana Duarte, Karla Layane, Maxylene Silva e Taynara Gomes, pilares fundamentais na construção deste TCC, sem vocês eu teria enlouquecido. Meus profundos agradecimentos por estarem comigo nesse momento, obrigada pelo carinho e apoio constante, eu amo vocês.

EPÍGRAFE

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma questão urgente, a uma questão premente, retiramos dela toda a sua grandeza, pois os deixam de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana.”

Maria Lúcia Martinelli

RESUMO

Este estudo, intitulado “O Projeto Ético-Político Profissional e as Perspectivas Emancipatórias: uma análise do Serviço Social na cena contemporânea”, busca analisar as particularidades que compreendem as relações do Projeto Ético-Político do Serviço Social com o fazer profissional do Assistente Social que propõe ações vinculadas à emancipação humana e a defesa da emancipação política. Analisando os principais fatores que se colocam como obstáculo para a materialização desse projeto no exercício profissional, tendo em vista, o debate no interior da profissão acerca da suposta crise para a efetivação desse projeto profissional na conjuntura vivenciada pela profissão. A escolha da metodologia se deu por meio da utilização da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de caráter exploratório. Neste trabalho foi utilizada por meio físico e eletrônico pesquisa bibliográfica pelo entre livros, artigos, leis, normativos, sites, periódicos, projetos, códigos de ética e documentos. Os dados encontrados por intermédio da pesquisa evidenciam que o projeto profissional do Serviço Social não se encontra em uma crise de hegemonia. Entretanto, ele é ameaçado pelos desafios causados pelas transformações societárias em decorrência do sistema de produção capitalista.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Transformações Societárias. Exercício Profissional.

ABSTRACT

This study, entitled “The professional Ethical-Political Project and the emancipatory perspectives: an analysis of Social Service in the contemporary scene”, seeks to analyze the particularities that comprise the relations of the Ethical-Political Project of Social Service with the professional practice Social Worker who proposes actions linked to human emancipation and the defense of political emancipation. Analyzing the main factors that stand as obstacles to the materialization of this project in professional practice, in view of the debate within the profession about the supposed crisis for the effectiveness of this professional project in the situation experienced by the profession. The choice of methodology was made through the use of bibliographic research with a qualitative, exploratory approach. In this work was used by physical and electronic means bibliographic research through books, articles, laws, norms, websites, periodicals, projects, codes of ethics, and documents. The data found through the research shows that the professional project of Social Service is not in a crisis of hegemony. However, it is threatened by the challenges caused by societal transformations as a result of the capitalist production system.

Keywords: Social Work. Ethical-Political Project. Societal Transformations. Professional Exercise.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CE - Código de Ética

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

EAD - Ensino à Distância

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social -

PEP - Projeto Ético-Político

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO	14
1.1 A gênese da profissão no Brasil: compreendendo o fator histórico	14
1.2 Serviço Social, capitalismo e Questão Social	20
1.3 A trajetória do Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil	23
CAPÍTULO II - PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL	28
2.1 Obstáculos para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional e as transformações societárias	28
2.2 Os desafios do Serviço Social na emancipação de sujeitos	35
2.3 Compromisso profissional com o Projeto Ético Político do Serviço Social no cenário contemporâneo: desafios e perspectivas	40
CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	45
3.1 Aspectos metodológicos	45
3.2 Aproximação com o objeto: fragmentos lúdicos	47
3.3 Análise dos resultados da pesquisa	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “O Projeto Ético-Político Profissional e as Perspectivas Emancipatórias: uma análise do Serviço Social na cena contemporânea”, tem por finalidade analisar, a partir da pesquisa bibliográfica, e contribuir com a discussão da temática sobre o cenário contemporâneo do exercício e da formação profissional do Serviço Social buscando abranger os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social no Brasil, destacando o projeto de ruptura e por consequência, o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as perspectivas emancipatórias da profissão.

Para compreender esse cenário se faz necessário refletir sobre as demandas contemporâneas impostas à profissão e entender como o Serviço Social está inserido nessa discussão. O Serviço Social, no Brasil, tem sua origem em meados da década de 1930, na Igreja Católica e assim, teve grandes influências da sua doutrina através do neotomismo¹, já que nos primeiros momentos da profissão se alternou entre um fazer profissional missionário, conservador e vinculado aos segmentos da classe dominante da sociedade e a uma prática profissional de caráter transformador, renovado e comprometido com os interesses da classe trabalhadora, se dando justamente pelo processo de institucionalização profissional tendo grande influência da Igreja Católica, principalmente por meio das duas encíclicas papais: a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI.

Na conjuntura atual, a profissão se compromete com a laicidade² e passou por um grande e significativo processo de reconceituação, e apesar disso ainda há marcas fortes desse sincretismo que marcou a trajetória histórica da profissão, por mais que hoje ela, em suma, comporte profissionais que se inserem no espaço da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, bem como na assessoria dos movimentos sociais e populares.

Netto (2001, p. 92) sinaliza que esse sincretismo que marcou a profissão, desde sua emergência, é o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão, o autor aponta que essa estrutura sintética se ampara em três momentos:

¹ retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social.(YAZBAK,2009)

² A expressão laicidade deriva do termo laico, leigo. Etimologicamente laico se origina do grego primitivo *laós*, que significa povo ou gente do povo. De *laós* deriva a palavra grega *laikós* de onde surgiu o termo latino *laicus*. Os termos laico, leigo exprimem uma oposição ao religioso, àquilo que é clerical (CATROGA, 2006 apud RANQUETAT JUNIOR, 2008)

“[...] o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção. Todo o complexo de outras determinações sincréticas próprias ao Serviço Social –valorações, componentes de referência teórica etc. – assenta em e concorre e reforça estas bases factuais.

Diante do exposto, esse estudo tem como objetivo geral analisar as particularidades que compreende as relações do Projeto Ético Político do Serviço Social com o fazer profissional do Assistente Social que propõe ações vinculadas à emancipação humana e a defesa da emancipação política. Como objetivos específicos tem-se: analisar o projeto profissional e o seu vínculo com o fazer profissional que se propõe à construção de uma nova ordem social e o combate ao sistema capitalista, compreender a responsabilidade da ação profissional com a transformação social, salientar as atribuições da categoria profissional que juntamente ao seu fazer profissional vinculado ao projeto ético político do Serviço Social que visa a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, se apresenta na contemporaneidade no processo de reprodução das relações sociais, delimita a pesquisa como um instrumento fundamental para reproduzir conhecimento e firmar um olhar crítico da realidade no enlaço em que se respalda de conhecimento e técnicas para atender as demandas sociais.

Destaca-se, então, a relevância de contribuir com a pesquisa no Serviço Social diante das constantes transformações societárias que se expressam no cotidiano e exigem do profissional o compromisso de investigar a realidade e revelar o oculto, para intervenção eficaz. Por outro lado, o estudo contribuirá também para o ambiente acadêmico ao passo em que se estabelece o debate teórico-crítico sobre a problemática discutida, visto que a realidade está em constante movimento e transformação, ocasionando mudanças na práxis profissional. Portanto, o presente trabalho irá discutir sobre esta questão, buscando identificar, também, a importância do compromisso estabelecido pelo projeto ético político para com a classe trabalhadora na cena contemporânea em meio aos desmontes das políticas públicas e explicar a atuação profissional voltada a contribuir com a construção de uma nova ordem social e o combate ao sistema capitalista.

Em busca de facilitar a organização dessa pesquisa, o presente trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro capítulo objetivou contextualizar sobre a inserção do serviço social nas relações sociais da sociedade capitalista e como essa conjuntura traz impactos a profissão incidindo com a construção do projeto ético-político profissional. O segundo capítulo teve a finalidade de apresentar reflexões acerca da perspectiva emancipatória do serviço social,

refletindo sobre os desafios da profissão e as transformações societárias. Enfim, no terceiro capítulo tem-se a preocupação em revelar todo percurso metodológico da pesquisa, explanando o caminho percorrido das informações coletadas sobre o objeto de estudo abordado. Para finalizar, trazem-se as considerações finais acerca da pesquisa.

CAPÍTULO I – A LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

Objetiva-se nesta seção a reflexão sobre a inserção da profissão na reprodução das relações sociais, inserida dentro de um contexto histórico, por meio de um resgate sócio histórico da trajetória percorrida pelo Serviço Social brasileiro, de sua gênese até o processo de construção do Projeto Ético-Político (PEP) nos anos 1980/1990. Assim como, compreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve a partir da relação entre classes em meio a luta de classes na sociedade capitalista, possibilita o entendimento acerca do exercício profissional.

Para refletir sobre esses elementos, o capítulo se organizou em três subseções. Dessa forma, no primeiro momento buscou-se refletir de forma crítica sobre a gênese do serviço social no Brasil a partir de um resgate histórico da profissão até a sua institucionalização, em seguida faz-se um resgate no tocante às relações sociais na sociedade capitalista e seu impacto para com o Serviço Social e o seu fazer profissional. Por fim, aborda sobre a trajetória do projeto ético político da profissão, da sua construção à materialização no exercício profissional.

1.1 A gênese da profissão no Brasil: compreendendo o fator histórico

Compreende-se o surgimento do Serviço Social como espaço sócio-ocupacional a partir de ações de cunho político e econômico desenvolvido em meio a um cenário de contradições das relações sociais, frutos construídos com a instauração do capitalismo monopolista na sociedade brasileira e as decorrentes marcas deixadas entre a relação capital e trabalho.

A institucionalização do Serviço Social se dá pela legitimação da profissão nos anos 1930, uma época marcada pela extensão e intensidade das mazelas da Questão Social³, que

³ “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora

demandava estratégias de intervenção econômicas, políticas e sociais. Isso ocorre “na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social⁴, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política” (YAZBEK, 2009, p. 129).

Em 1932 surge em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, pretendendo difundir a doutrina e a ação social da Igreja.” (YAZBEK, 2009, p.7), desempenhando importante papel na qualificação de agentes para realizar a prática social. Sobre o surgimento do CEAS é importante destacar que

O Centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1º de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube à Melle. Adèle de Loneux, professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social. (YAZBEK, 2009, p.7)

A criação do CEAS é considerado como a primeira forma de manifestação do Serviço Social no Brasil, como aponta Iamamoto e Carvalho (2014, p.178) “[...] considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil [...] da necessidade sentida [...] de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja [...]”. Nessa perspectiva, pontua-se

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, o qual possuía objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, fundamentando a ação da gênese de trabalhadoras sociais. Sua oficialização ocorre através do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, realizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, o qual contou com a presença da belga Mlle Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxellas. Ao retornar para seu país, Mlle Adèle foi acompanhada pelas brasileiras Maria Kiehle Albertina Ramos, sendo as pioneiras em receberem formação na área, na Escola de Serviço Social de Bruxelas (RESENDE; SANTANA; SILVA, 2011, p.29)

Surgem as primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo no ano de 1936 e no Rio de Janeiro em 1937, com a influência das diretrizes da Igreja Católica, vinculado a setores da Ação Social e Ação Católica⁵. Yazbek (2009, p.7) aponta a participação da Igreja Católica como

constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação”. (PAULO NETTO, 2013, p. 02)

⁴ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”(CARVALHO e IAMAMOTO, 2011,p.83-84)

⁵ “A “Ação Católica” percorreu longo processo para chegar a se consolidar como movimento da Igreja Católica, sua expressão universal foi assumida dentro do pontificado de Pio XI, conhecido como o Papa da Ação Católica, todo um contexto de mudanças sociais e políticas envolveram o pontificado de Pio XI e permitiu o reconhecimento da “Ação Católica” como uma das alternativas da Igreja para responder aos desafios demandados na época.”

“responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros”, afirmando assim o importante papel desempenhado pela mesma para o surgimento do Serviço Social tradicional⁶, por fortes influências de sua doutrina através da filosofia neotomista.

Nesse segmento, o Serviço Social se constitui como profissão na sociedade, em virtude da crescente ação estatal na regulação da vida social que regula o conflito de classe, em sua ação conjunta do Estado com o empresariado e com o aparato da Igreja Católica que buscam meios de atuar no enfrentamento da Questão Social com as chamadas Grandes Instituições Assistenciais através de suas prestações de serviços sociais. Visto que:

[...] a conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais. (RAICHELIS, 2011, p. 420).

Vale ressaltar que sob a ótica da Igreja a questão social era vista como uma questão moral e religiosa, onde o homem era apontado como o único culpado pela situação de pobreza que se encontrava, embora que naquele momento também acontecia o início do processo de industrialização no Brasil e o crescimento da população na área urbana. Por esse viés, Iamamoto e Carvalho (2014) apontam que o Estado começa a assumir a regulação dos conflitos em meio as classes sociais, segundo iniciativas criadas como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o desenvolvimento de instituições sociais assistenciais e previdenciárias na conjuntura de industrialização do país. Assim,

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só a regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. O Estado busca, também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação dos serviços sociais, o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84)

⁶ Netto (2017), aponta o Serviço Social tradicional como “[...] A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, dos profissionais, parametradas por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção- de um ponto de vista claramente funcionalista- de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção[...] idealista/e ou mecanicista da dinâmica social sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 2017, p.373)

Dessa forma, o Serviço Social surge com o capitalismo diante do fato de que a profissão serviu como uma importante estratégia de controle social e até hoje em seu fazer profissional atua com ações que transitam paradoxalmente em meio às demandas entre o capital e o trabalho.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais, são em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135-136).

Segundo Martinelli (2005) a origem do Serviço Social como profissão tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo enquanto a profissão foi engendrada e desenvolvida nessa teia de relações contraditórias. Logo, pode-se entender que a profissão transita na relação contraditória da sociedade capitalista em meio às tensões provocadas pela relação antagônica das classes sociais oriundas do modo de produção capitalista e das demandas produzidas a partir da tensão entre o capital e o trabalho.

Para compreender o Serviço Social na contemporaneidade se fez necessário entender as particularidades de seu processo histórico de institucionalização e de legitimação do Serviço Social a partir da entrada profissional da profissão no âmbito social na sociedade capitalista que pode ser entendida junto a sua inserção na sociedade e na definição do espaço do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e a consolidação de seu trabalho coletivo que se forma na prática das classes sociais.

Destaca-se a inserção do Serviço social na dinâmica contraditória das relações de classes, inserido na divisão social e técnica do trabalho, responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto.

Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho. [...]. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional posicionar-se no horizonte dos interesses das classes

trabalhadoras, a serviço de um projeto de classe alternativo àquele em que é chamado a trabalhar (IAMAMOTO, 2004, p. 99-100).

Entretanto, o Serviço Social nesse momento ainda não era uma profissão regulamentada. Apenas em 1957, que a profissão passa a se tornar regulamentada, através da Lei n. 3252 de 27 de agosto de 1957, ocorrendo no ano de 1962 a criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais. De modo geral, os conselhos representativos detinham características autoritárias. Contudo, com a imposição da autocracia burguesa⁷ No Brasil, o Serviço Social passa a se questionar, dando início ao processo conhecido como a Renovação do Serviço Social brasileiro.

Em meio ao regime de ditadura civil militar⁸ no Brasil, que teve início em 01 de abril de 1964 até 15 de março de 1985, momento marcado por forte repressão e censura, o Serviço Social torna-se cenário de grandes discussões, momento em que os profissionais repensem a profissão, logo:

No primeiro momento da ditadura militar, o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Sobretudo é importante considerar que, nesse momento, se articula e se gesta, na América Latina, a partir do Cone Sul, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino americano, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico instrumentais como político ideológicas. Verifica-se uma marcante polarização em torno da perspectiva de mudança social, que se expressa por uma consciência clara sobre a situação de subdesenvolvimento, dependência, dominação e consequente opressão e exploração das maiorias nacionais no continente latino americano (SILVA, 1995, p. 30)

É no cenário da autocracia burguesa que o Serviço Social responderia às novas demandas em decorrência da conjuntura, assim a autocracia burguesa reivindicava uma nova postura profissional, dessa forma o assistente social sofre uma modificação no tocante ao agir profissional como aponta Netto (2005. p. 123):

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalistas”.

⁷ Termo utilizado por Netto (2005) como referência ao processo da Ditadura Militar.

⁸ “O regime se configurou como ditadura dos seus momentos iniciais ao seu declínio e à sua derrota: impôs se abertamente pela força das armas, valeu se diretamente da coerção e da violência, restringiu ao limite os direitos políticos mais elementares, impediu a alternância no poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de Estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto a sua própria retórica (suas promessas e seus compromissos públicos)” (NETTO, 2014, p. 73)

É dentro desse contexto histórico que acontece o Movimento de Reconceituação⁹ do Serviço Social a partir dos anos 1960 ao nível da América Latina. No Brasil esse movimento ocorre durante o período da Ditadura Militar, ocasionando um processo de autocrítica, marco representativo da mudança e renovação no que concerne ao campo teórico e prático do fazer profissional. Segundo Netto (2005), o momento pode ser dividido em três etapas: Modernização conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

Essa renovação do Serviço Social traz um novo agir profissional, comprometido a romper com as práticas conservadoras e tradicionais oriundas da gênese da profissão. Para Yamamoto (2010, p.205) o Movimento de Reconceituação “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implica um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”, deixando claro ao processo de dar uma prática mais eficaz ao serviço social com novos fundamentos teórico-metodológicos com perspectivas diversificadas ao fazer profissional.

Assim, na conjuntura do processo sócio-histórico do Serviço Social brasileiro, amadurecendo sua prática profissional e composições teóricas através da teoria social de Marx, se afirma o compromisso da categoria com a classe trabalhadora, se direcionando para uma ruptura com o conservadorismo¹⁰, buscando a hegemonia da profissão ao se fundamentar em

⁹ O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. Esse período coincide com a ditadura militar no Brasil, fazendo com que o debate aqui assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos. Verifica-se, no Brasil, nesse período, um pólo de resistência a esta vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola. (IAMAMOTO, 2009, p. 8-9)

¹⁰ “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideia que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os

valores emancipatórios, ao que assume a construção de um projeto ético político que se entrelaça com a luta de classes e aos movimentos sociais brasileiros.

1.2 Serviço Social, capitalismo e Questão Social

As relações sociais na sociedade capitalista são mediadas pela produção e reprodução do capital, de modo a tornar o trabalho a principal atividade vital do homem, a sua essência, a um modo de sobrevivência do trabalhador e em consequência o enriquecimento da burguesia. Assim, não resta nada ao trabalhador outra alternativa que não seja a opção de ser explorado até o mais alto grau ao vender toda a sua força de trabalho, isso reverbera na perda de si mesmo ao longo do processo de horas exaustivas de trabalho diante do fato de que aquilo que ele produz se volta contra o mesmo, por meio do poder do capital sobre si. Segundo Marx (2008, p. 86):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder estranho que está diante dele, então isto só é possível pelo fato de o produto do trabalho pertencer a um outro homem fora do trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem

Neste seguimento, se faz necessário compreender que a luta de classes está enraizada em outras formações sociais, visto que a dominação de uma classe sobre a outra já existia independentemente da consciência entre os indivíduos sociais de uma sociedade dividida em classes contrárias.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; [...]. A história de toda a sociedade até os nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes em diferentes épocas (MARX-ENGELS, 2005, p. 40-57).

Desde a ascensão da burguesia em fins do século XVIII, na França, essa classe tem articulado meios que se apontam para ocultar o antagonismo entre as classes sociais. Foi em sua fase revolucionária, defendeu os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade para enfim derrotar a sociedade feudal, se tornando a classe dominante, porém esses princípios antes defendidos se tornam vagos ao se inserirem no contexto de exploração de força de trabalho em seu papel de detentora dos meios de produção da sociedade capitalista, onde segundo Netto (1998, p. 6-7), a “(...) liberdade deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, à

pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p.23).

igualdade esgota-se na formalidade jurídica e a fraternidade se resolve na retórica e no moralismo”.

O Serviço Social, como profissão, surge em meio ao fortalecimento do sistema capitalista no endurecimento das relações sociais de produção e a exploração do capital, como cita Santos *et al* (2013):

A partir da análise realizada, conclui-se que o surgimento do Serviço Social está diretamente relacionado ao modo Capitalista de Produção. Modo sustentado na exploração, na desigualdade, e que deixa de forma patente e gritante a Questão Social. O Serviço Social surge como uma ferramenta da classe burguesa, para controle do proletariado que já se mobiliza em prol de melhores condições de existência (SANTOS *et al.*, 2013, p. 155)

O surgimento do Serviço social enquanto profissão está associado ao agravamento dos problemas sociais conduzidos pelo contexto de desenvolvimento do sistema de produção capitalista e a produção e reprodução das relações sociais como fruto desta conjuntura. Esses problemas sociais impactam diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

Segundo Netto (2010, p.11) "a caracterização da "questão social" que se manifesta de maneira já conhecida em suas novas expressões devem ser consideradas sob as particularidades histórico-culturais e nacionais". O autor também aponta que a primeira expressão da questão social resulta do pauperismo resultante dos impactos ocasionados pela primeira onda de industrialização (NETTO, 2011).

A designação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição de cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43).

No tocante ao aparecimento da questão social, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 133) apontam,

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, características que marcará profundamente seus desdobramentos.

Para Martinelli (2010, p. 63) a questão social pode ser compreendida como: “O amplo espectro de problemas sociais que decorrem da instauração e da expansão da industrialização capitalista. É a expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho no interior do

processo de industrialização capitalista.”. Dessa forma, entende-se que as expressões da questão social são indissociáveis dos avanços instaurados pelo modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade a partir desse fenômeno.

Para Castel (1998, p. 30) a questão social é:

é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.

Logo, o Estado, enquanto órgão regulador e instrumento da burguesia, incorporam meios para implementar mecanismos de respostas às necessidades sociais, assim:

A implantação do serviço social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classes, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 127)

No que concerne ao cenário do surgimento e a legitimidade do Serviço Social enquanto profissão, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 136) apontam a profissão inserida em relações contraditórias das classes sociais, oriundas do Capitalismo monopolista:

Para apreender o sentido histórico do Serviço Social, torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia a mercado mundial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 136).

Dessa forma, Santos, Teles e Bezerra (2013, p. 154) apontam “o surgimento do Serviço Social está diretamente relacionado ao modo Capitalista de Produção. Modo sustentado na exploração, na desigualdade e que deixa de forma patente e gritante a Questão Social”, evidenciando assim a forte relação do Serviço social com o modo de produção capitalista em razão das expressões da questão social em decorrência desse sistema proveniente da relação entre capital e trabalho, assim como afirma Netto (2001, p. 45): “a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”.

A expressão “questão social” passou a ser apropriada e ressignificada pelos autores marxistas da América Latina (SOTO; BOTEAGA, 2018). São múltiplas as conceituações para a “questão social” como aponta Netto (2001, p. 41), “mas é fato que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. Fato é que, à questão social está ligada

de forma íntima ao sistema de produção capitalista, no qual se reproduzem as expressões das desigualdades sociais. Essas expressões retratam,

[...] disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001. p. 17)

Portanto, através da análise dos diferentes entendimentos a respeito do significado da "questão social", destaca-se ainda a análise de Iamamoto ao enfatizar a questão social como "parte constitutiva das relações sociais capitalistas"(IAMAMOTO, 2001, p.10). Conclui-se, assim, que os embates políticos advindos da contradição da sociedade capitalista em detrimento da relação antagônica entre capital e trabalho reproduzem as diversas expressões das desigualdades sociais, considerando as novas configurações da sociedade capitalista, faz-se necessário para o Serviço Social cujo objeto central de intervenção é a questão social, analisar de forma crítica de modo a encontrar estratégias de intervenção para esses problemas reafirmando o compromisso da categoria para a sociedade explorada e condicionada a esse sistema ao vender sua força de trabalho e troca de melhores condições de vida.

1.3 A trajetória do Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social, ao assumir um viés crítico que se fundamenta na teoria social de Marx, assume um Projeto Ético Político (PEP) fundado nas especificidades resultantes do desenvolvimento sócio histórico do país, em meados de 1993, que se compromete com a luta de classes do proletariado brasileiro através de valores e princípios éticos na perspectiva de alcançar a emancipação humana.

O Brasil passou por um movimento de redemocratização na década de 80 - momento marcado pela mudança de visão da profissão ao se desprender do conservadorismo, gerando no Serviço Social a oportunidade de elaborar um projeto ético-político. Foi no Movimento de Reconceituação da Profissão que os assistentes sociais tiveram espaço para se organizar enquanto categoria, ao mesmo tempo que ocorria a ruptura teórica e política com as formas tradicionais de abordagem da profissão.

Esse projeto profissional é produto do movimento histórico posto de maneira intrínseca nas relações sociais antagônicas e contraditórias inerentes ao capitalismo e a distribuição desigual. Por esse seguimento, a construção do projeto ético-político do Serviço Social institui uma perspectiva crítica ao se fundamentar na teoria social de Marx. Entretanto, esse momento

interior de revisão da profissão não foi construído de maneira homogênea, dessa forma. No tocante ao pluralismo da categoria profissional, Netto (2004, p. 96) aponta que,

o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional é um universo heterogêneo: membros da categoria profissional são, necessariamente, indivíduos diferentes – têm origens e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. A categoria profissional é uma unidade não-identitária, uma unidade de elementos diversos; nela estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Perante o exposto é possível compreender o processo de construção do projeto ético-político crítico como um norteador da profissão a partir de sua inserção em um espaço de “lutas, divergências, discussões, confrontos de ideias, polêmicas teórico-políticas”, conforme aponta Ramos (2009, p. 42) com vistas a considerar demandas e aspirações da classe trabalhadora.

Este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras tem raízes efetivas na vida social brasileira. Neste sentido, a construção deste projeto acompanha a curva ascendente do movimento democrático e popular, que progressista e positivamente tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da constituição de 1988 (NETTO, 2004, p. 106).

Foi no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, no ano de 1979, em São Paulo, também conhecido como Congresso da virada, que ocorreu a elaboração do projeto profissional, marcando a posição do Serviço Social frente a luta dos trabalhadores ao romper com os ideários conservadores de um projeto societário fundamentados no referencial teórico-metodológico de correntes positivistas e estrutural-funcionalista, adotando assim bases teóricas e metodológicas fundamentadas na teoria social de Marx com viés crítico para a formação e atuação profissional.

Seguindo essa ótica, o Serviço Social se insere na dinâmica da vida social buscando compreender as contradições advindas desta através da pesquisa com o intuito de desvelar as desigualdades sociais, econômicas, sociais e políticas fomentadas pelo sistema de produção capitalista. Essas desigualdades na qual o Serviço Social é chamado a intervir por meio da construção de trabalhos que viabilizassem a melhoria das condições de vida e de trabalho por meio das políticas públicas e privadas de modo a contribuir no acesso aos direitos propostos pela cidadania, como aponta Yamamoto (2000, p. 275):

a preocupação com pesquisa no Serviço Social teve um largo impulso nos anos 1980. Vários encontros nacionais de pesquisa e/ou pesquisadores em Serviço Social foram realizados de 1983 a 1990. Os temas polarizados estavam centrados na formação profissional, movimentos sociais urbanos, políticas sociais do Estado (especialmente saúde e assistência), história, teoria e metodologia no Serviço Social.

Por meio do trabalho em conjunto se realizou debates sobre a ética no Serviço Social, ficando visível a necessidade a criação de uma “nova ética profissional que reflita uma vontade

coletiva, superando a visão acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (BARROCO, 2008, p. 176). Dessa forma, é no ano de 1986 que foi aprovado o novo Código de Ética do Serviço Social, código norteador do fazer profissional e resultado da intenção de ruptura ao romper com o conservadorismo presente nos códigos de 1947, 1965 e 1975, em resultância dos debates profissionais realizados por meio de seminários, assembleias e encontros nacionais e regionais.

O primeiro Código de Ética Profissional, em 1947, foi pautado pelos princípios moralistas da Igreja católica, na época cabia ao assistente social assumir compromissos seguindo a lei de Deus, determinadas pela filosofia do Cristianismo e Neotomismo, objetivando o caminho do bem. Naquela conjuntura as pessoas atendidas pelos assistentes sociais eram vistas como desajustadas, fazendo assim o profissional adequá-las aos dogmas da igreja e os valores cristãos. No tocante ao princípio da liberdade, Araldi (2007, s.p) aponta que:

O princípio da liberdade no Código de Ética de 1947 apresentava-se como um valor central, e, estava inspirado nos valores morais da caridade cristã. Baseada pela concepção neotomista, a liberdade do indivíduo se expressava a partir da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus. Nesse caso, os indivíduos deveriam ser educados para fazer escolhas de acordo com os valores cristãos.

No Código de Ética de 1965, quase duas décadas após o primeiro, está mencionada na introdução que: “O Serviço Social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades” (CFAS, 1965, p. 1), evidenciando as tendências científicas da profissão ao se voltar para a autocracia burguesa. No tocante ao art. 25, o mesmo retrata como dever do Assistente Social: “[...] zelar pelo bom nome da entidade que o emprega, prestando-lhe todo esforço para que a mesma alcance com êxito seus legítimos objetivos.”(CFAS, 1965), impondo como obrigação do Assistente social seguir as normas da instituição para qual o mesmo possui vínculo empregatício, externando como dever do profissional seguir diretrizes inferidas pelo chefe hierárquico.

O Código de Ética Profissional de 1975, manteve a ótica moralista e conservadora do código anterior, destaca-se a inserção do Estado como defensor da ordem do bem comum, ao atuar como administrador da neutralidade. Neste código marca-se o respeito à política administrativa da instituição empregadora pautadas como prática profissional, evidencia também o processo de globalização “o assistente social deve: participar de programas nacionais e internacionais, destinados à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais” (CFAS, 1975, p. 12), evidencia assim os sinais da profissão mais organizadas enquanto categoria.

A década de 1980 representou para o Serviço Social o amadurecimento de suas bases teóricas, através da aproximação com a corrente retórica de Marx e o comprometimento da categoria a romper com o tradicionalismo conservador. No Código de Ética de 1986, foi realizado a revisão dos valores profissionais pautados pela orientação Marxista, na tentativa de romper com o conservadorismo, marca também o compromisso da categoria com a classe trabalhadora em meio ao contexto histórico, período marcado por grande mobilidade política possibilitou o fortalecimento do projeto de “intenção de ruptura”, momento evidenciado pela introdução do Código de Ética de 86 ao declarar uma “(...) prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora” (CEFAS, 1986), assim o código de ética de 1986 apresenta uma ação profissional de caráter político que possa intervir de forma ética pelo compromisso firmado com a classe trabalhadora.

Atualmente a profissão é regulamentada pela Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993, anteriormente a mesma era reconhecida pela Lei nº. 3.252, de 27/08/1957 e regulamentada através do decreto nº. 994, de 15/05/1962. O Código de Ética de 1993 vigente até os dias atuais, rompe com o conservadorismo, trazendo deveres e atribuições mais amplos para a categoria através de sua perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade, guiados pela teoria social de Karl Marx, cujo objetivo é realizar uma releitura crítica da sociedade capitalista e o sistema de classes (CFESS, 1993).

Dessa forma, o novo Código de Ética profissional aprovado pela resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – nº 273/93 (BRASIL, 2012), firma o projeto ético político do Serviço Social, instigando através da visão crítica da realidade social uma direção ético política ao fazer profissional delimitando princípios éticos que darão norte a esse fazer “a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria” (IAMAMOTO, 2000, p. 78), projeto profissional esse que ao ser construído se fundamenta em valores e princípios éticos a partir da formação socio-histórica da sociedade brasileira.

O Projeto Ético Político do Serviço Social exprime, como valor ético central, a liberdade em uma concepção emancipatória, como uma “possibilidade de superação da condição de opressão e dominação presente na sociedade de classes diante do trabalho alienado que alija o homem de suas potencialidades enquanto ser social” (CARDOSO, 2013, p. 205). Visando a defesa da emancipação política, com vistas à emancipação humana. No que diz respeito à dimensão emancipatória, se afirma que:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ela se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condições para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se

reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 105).

Braz (2007, p. 06) cita três dimensões que integram o projeto ético-político:

[...] uma dimensão teórica que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; [...] uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão tanto as leis estritamente profissionais, quanto a legislação social mais ampla; [...] uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.

Portanto, na contemporaneidade esse projeto ainda se concretiza conforme estabelecido pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e das Diretrizes Curriculares (1996), imprimindo o compromisso da categoria profissional com a superação sociedade de classes com valores emancipatórios visando o estabelecimento de uma sociedade emancipada e a construção de uma nova ordem social, pois segundo Cardoso (2013, p. 212), “suas dimensões política e ética pautam-se na perspectiva emancipatória explicitada pela assunção do compromisso com a radicalização da emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana”.

Apesar da consolidação dos valores éticos fundamentais de liberdade, equidade e justiça social que dá embasamento a cidadania e a democracia, expressas no Código de 1993, na atualidade também fundamentam e norteiam a atuação profissional frente às transformações societárias para intervenção crítica nas novas demandas expressas pela questão social na cena contemporânea, entretanto na conjuntura atual da sociedade brasileira vemos que o Serviço Social continua lutando para superar o conservadorismo presentes nos espaços socioocupacionais da profissão, ao pé em que muitos profissionais e estudantes assumem outros projetos societários de cunho conservador.

Dessa forma, visto que o Código mais atual está em vigor há quase 30 anos e não necessariamente acompanha de forma fidedigna as novas demandas da sociedade, surge o questionamento em meio às novas expressões da questão social, se não seria um momento para reformulação ou reafirmação da categoria profissional com seu compromisso para com a classe trabalhadora em meio a esse cenário antagônico.

Assim, é possível criticar o modo conservador no qual o serviço social ainda com raízes históricas encontra dificuldades para efetivar o PEP na atual conjuntura conservadora, ao pé em que muitos profissionais em seus espaços socioocupacionais ao não seguirem o PEP podem acabar dificultando a efetivação de direitos dos cidadãos, viés totalmente contrário ao que se propõe o serviço social. Cabe destacar que a concretização do PEP perpassa pela atuação profissional, expressando assim na sua prática um posicionamento ético/político, orientado

pelos princípios e valores do projeto profissional, com vistas a atender os interesses dos trabalhadores, firmando o compromisso profissional para com a classe trabalhadora ao atuar na efetivação de direitos dessa classe seguindo e não o rompimento de direitos da mesma.

Dessa forma é necessário que esse compromisso com a classe trabalhadora não seja esquecido ou deixado de lado, mas sim efetivado de forma correta e concreta, inclusive ainda no processo de formação desses profissionais, momento no qual o profissional estará vivenciando em teoria os efeitos do PEP no fazer profissional e em consequência as causas do mesmo na vida dos usuários. A seguir será apresentado a perspectiva emancipatória do Serviço Social e os seus obstáculos para fortalecimento do Projeto Ético Político.

CAPÍTULO II - PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo tem como proposta apresentar algumas considerações sobre a perspectiva emancipatória do Serviço Social, trazendo reflexões sobre os limites e possibilidades para a materialização desta ação na cena contemporânea, contextualizando o CE profissional e o projeto profissional, explanando os vínculos desse projeto com os demais projetos societários da sociedade brasileira e as implicações da formação profissional.

Desse modo, o capítulo está dividido em três sessões, no primeiro tópico fazem-se considerações acerca dos obstáculos postos ao fortalecimento do PEP na sociedade capitalista, em seguida busca-se compreender o debate sobre a emancipação política e emancipação humana no âmbito profissional, finalizando com reflexões críticas sobre o compromisso profissional de modo a abordar os desafios e perspectivas deste compromisso com o profissional e as novas demandas postas a profissão.

2.1 Obstáculos para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional e as transformações societárias

O Serviço Social brasileiro percorreu um extenso percurso entre o conservadorismo e sua ruptura, esse caminho deixou traços importantes na trajetória da profissão, principalmente no que se refere ao assumir um projeto ético-político fundado pelas singularidades das transformações históricas do país ao longo de seu desenvolvimento.

O Projeto Ético Político - PEP do Serviço Social é um projeto de reconhecimento e defesa dos direitos humanos, um projeto crítico que se vincula às transformações societárias, teve seu início na década de 70, consolidando-se na década de 90, oferecendo uma direção ética

voltada para a formação de consciência crítica dos assistentes sociais e se encontram desdobramento contínuo. No que se refere a esse processo, Netto (2009, p. 155) aponta que

Trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. Um exemplo do seu caráter aberto, com a manutenção dos seus eixos fundamentais, pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABESS, 1997, 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético-político [...]. Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, **este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero**. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2009, p. 155 grifo do autor).

Dessa forma, percebe-se um projeto profissional vinculado a um projeto societário, para tanto faz-se necessário compreender de antemão as diferenças entre os projetos existentes em uma sociedade. Netto (2009, p. 142) sinaliza que os projetos societários “[...] trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”, assim esses projetos societários são projetos de cunho coletivo, ainda nesta ótica o autor continua “em sociedades como a nossa [...] são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refletem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.) (NETTO, 2009, p. 143), logo esses projetos societários possuem uma visão mais abrangente da sociedade.

Destaca-se que os projetos societários têm força de ser responsável por mudanças na ordem societária, tendo em vista sua ligação com as classes sociais. Assim, esses projetos podem se articular e manter relações com os projetos profissionais. Dessa forma, entende-se que os projetos societários estão presentes em qualquer outro projeto coletivo, inclusive no projeto profissional do Serviço Social. Acerca dos projetos profissionais destaca-se que:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).

Cabe ressaltar que os projetos societários e profissionais não são os mesmos, pois ambos possuem suas próprias características e particularidades (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). No tocante ao projeto profissional do serviço social, esse vínculo se mostra evidente no âmbito da dimensão política da intervenção profissional, portanto, fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade¹¹ (LIMA, 2012). Entretanto, é de suma importância salientar que esses projetos (societários e profissionais) podem não se articular devido a situações de divergências e contradições a depender do contexto vivenciado. Nesse sentido

Embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles. É possível que, em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos (esta possibilidade é tanto maior quando tais corpos se tornam sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais estas classes se afirmem social e politicamente). Tais situações agudizam, no interior desses corpos profissionais, as diferenças e divergências entre os diversos segmentos profissionais que os compõem (NETTO, 1999, p. 06).

O PEP do Serviço Social pode ser compreendido como um processo de ruptura com o conservadorismo da profissão, e representa a autoimagem da mesma, como aponta Netto (1999) que se materializa no CE de 1993, no qual possui 11 princípios fundamentais¹², a Lei de Regulamentação da Profissão de 7 de junho de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

¹¹ A autora Lima, C. C. (2012) aponta em sua obra intitulada a "ÉTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA NO BRASIL: uma construção histórica." que "essa vinculação se dá pela dimensão política da intervenção profissional que, inserida no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social a sua ação que pode favorecer um ou outro projeto societário."

¹² I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 2012, p. 23).

de 1996, esses elementos dão suporte a profissão ao nortear o caráter crítico e político. No que se refere aos compromissos do projeto ético político, ele:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 104-5).

Teixeira e Braz (2009, p. 7-8) apontam a existência de elementos que constituem esse projeto:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Ainda conforme Teixeira e Braz (2009) esses elementos constitutivos no projeto profissional se materializam no fazer profissional do assistente social através de componentes que viabilizam essa materialização, dentre eles: “a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social”, “as instâncias político-organizativas da profissão” e “a dimensão jurídico-política da profissão”(TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 08-09). Logo, esses componentes expressam a realização do Projeto Ético-político do Serviço Social. Entretanto, isso não significa dizer que o projeto ético-político se efetivará de forma integral na realidade.

Nesse seguimento, Borgianni (2013) ressalta que nos últimos 40 anos de trajetória do Serviço Social foi construído um projeto profissional que se põe frente a resistência e exploração da classe trabalhadora em decorrência do modo de produção capitalista, almejando assim a construção de uma nova ordem societária e reconhecendo ao longo do processo a consolidação de bandeiras de lutas como a democracia e a defesa de direitos. Ainda conforme com a autora, a mesma aponta:

Esse projeto contém um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional, e está lastreado na perspectiva crítica e ontológica de análise da realidade social, tendo como pressuposto que a sociedade burguesa gera limites intransponíveis para se alcançar a real emancipação do ser social. (BORGIANNI, 2013, p. 430).

Na contemporaneidade, a atuação de assistentes sociais em um espaço sócio ocupacional na qual as expressões da questão social se apresentam por muitas vezes de forma imediatista, fica claro a importância de uma ação profissional pautada na perspectiva crítica com vistas a romper com perspectivas de cunho conservador. Portanto, essa prática, quando

não voltada para essa perspectiva crítica, implica na retomada de práticas conservadoras e tradicionais já superadas pela categoria profissional:

O Serviço Social tradicional esgotava o trato teórico das situações sociais problema em si mesmas, limitando-se, em geral à descrição de suas características e regularidades externas, como fato social, sem romper com o véu da pseudoconcreticidade que envolve os fenômenos sociais no mundo do fetichismo da mercadoria e da reificação do capital (KOSIK, 1986 apud BEHRING; SANTOS, 2009, p. 6).

Dessa forma, pensar em estratégias que norteiam o enfrentamento na ação profissional do Serviço Social nos espaços sócioocupacionais deve refletir em uma ação com vistas a garantia de direitos, pois o projeto ético político do serviço social também se faz presente nas lutas cotidianas das bandeiras de lutas da sociedade contemporânea.

Cabe destacar que na atualidade, as transformações societárias são determinadas pelo contexto neoliberal, este diretamente ligado aos interesses do capital que impõe inúmeros desafios à sociedade. Dessa forma, entende-se que a atuação profissional chamada a intervir na realidade posta, deve estar atenta a esse contexto referido, assim o PEP oferece maior direcionamento e enfrentamento dessas questões possibilitando margem norteadora na resolução dessas demandas que chegam no cotidiano profissional. No tocante a necessidade e relevância da resistência perante ao avanço do capital, Cisne (2008) pontua que

na vivência da barbárie humana, precisamos, mais do que nunca, afirmar a necessidade da emancipação humana, perspectiva com a qual o Projeto Ético-Político de Serviço Social filia-se. (...) Temos clareza, porém, de que não podemos ter a luta por direitos como um fim, de modo a nos restringir aos limites da sociedade burguesa. (CISNE, 2008, p. 75).

Consoante à autora, a citação exprime a necessidade de fortalecimento e reafirmação do PEP na atuação profissional a partir do entendimento da categoria frente ao seu vínculo com um dado projeto societário, visto que a categoria assume, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, como visto anteriormente, foi a partir desse momento que a categoria profissional firma o seu compromisso com a classe trabalhadora e seu projeto societário em decorrência.

Ramos (2009) e Braz (2006) dialogam sobre uma suposta crise vivenciada pela sociedade que ameaça a hegemonia do PEP, entretanto essa crise não deve colocar o projeto profissional em ameaça de ruptura, pois os órgãos e entidades representativos da categoria profissional se posicionam de maneira hegemônica, sobressaindo assim o interesse coletivo da categoria e do seu projeto coletivo frente aos interesses anticapitalistas, entendendo nesse contexto os limites e possibilidades da profissão.

Analisar a crise dos projetos de esquerda na sociedade, no contexto atual, é uma questão da maior relevância e assume dimensões graves no processo de organização da classe trabalhadora e no âmbito das profissões mais críticas, como o Serviço Social, mas não tem conseguido silenciar, no âmbito do projeto ético político profissional, o compromisso dos segmentos que historicamente, tem se colocado numa perspectiva anticapitalista e estabelecido inúmeras mediações ao tratar da agenda da profissão, entendendo seus limites e contradições (RAMOS, 2009, p. 44)

No tocante ao debate sobre a suposta crise do projeto profissional, outra colocação a ser analisada é a expansão considerável do sistema de ensino superior à distância no curso de serviço social, para tanto Netto aponta que

Ora, invisivelmente desde 1998, a agressiva política neoliberal do Ministro Paulo Renato – expressa nas práticas de “desregulamentação” e de “flexibilização” da educação superior – opera para degradar e aviltar a formação profissional. Essa política, a que o Ministério da Educação, sob os governos Lula, vem dando pela continuidade, já resulta numa assombrosa proliferação de cursos privados de Serviço Social, cujo impacto extremamente deletério na formação dos assistentes sociais (e na sua eventual inserção no mercado de trabalho) só será mensurável daqui a alguns anos – e isto sem mencionar a expansão, fora de qualquer controle efetivo, da “educação à distância” (NETTO, 2006, p. 39).

Nessa ótica, pode-se perceber esse sistema como uma forma do sistema capitalista lucrar a partir do neoliberalismo, visto que “não pela modalidade em si (discutível, no âmbito da graduação), mas pelo fato de que aparece qualquer critério de controle, a não ser o atendimento às necessidades de mercado que regem as empresas que estão vendendo os cursos” (BRAZ, 2009, p.9), assim esse processo afeta de forma crítica a formação profissional dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, fica claro as fragilidades encontradas no processo de formação profissional com o crescimento do Ensino à Distância - EAD em Serviço Social visto que muitos momentos serão perdidos pelos estudantes, nesse processo não há troca física e concreta de no ambiente acadêmico de componentes básicos e fundamentais que trazem magnitude para a formação acadêmica como a pesquisa, o ensino e a extensão entendendo que acontece nesses espaços os debates sobre as dimensões da profissão, principalmente na dimensão ético-política da profissão.

No tocante ao debate do projeto profissional do Serviço Social, as autoras Mota e Amaral (2009, p.54) colaboram na discussão ao afirmarem que “[...] não endossamos a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica (Gramsci) mundial do capital”, á vista disso, entende-se que não há uma crise hegemônica nesse projeto profissional, todavia o mesmo passa a ser vítima das tensões ocasionadas pelas transformações societárias em consequência da crise capitalista.

Destarte, consoante com os apontamentos feitos pelos autores acima, reconhece-se o sistema de EAD como um desafio e ameaça ao projeto ético político do Serviço Social na cena

contemporânea, visto que essa modalidade traz fragilidades a formação profissional e representa momentos de tensões ao projeto hegemônico profissional ao fragilizar também a intervenção profissional após esse processo de formação.

Cabe ressaltar que o embate com o EAD se faz presente no Serviço Social e nos órgãos representativos, porque esse, tensiona o PEP, porém não há espaço para culpabilizar e direcionar críticas aos discentes ou trabalhadores que aderiram ao curso à distância visto que para muitos essa fora a única oportunidade de entrada ao ensino superior em decorrência de fatores que facilitam e permitem essa entrada, como o baixo custo, disponibilidade de horário, distância, facilidade de entrada e entre outros.

Em uma Carta ¹³publicada pelo Abepss (2011, p. 2) para os discentes de Serviço social de instituições superiores na modalidade a distância, evidencia:

[...] coerente com o projeto ético-político da profissão, defende um profissional com competência **teórico metodológica, ética política e técnico operativa**. Um profissional crítico às investidas do grande capital na direção de transformar a educação em mercadoria, capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais e humanos, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia (grifos da autora).

As competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são requisitos essenciais que possibilita o profissional se colocar “diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho” (ABESS, 1997, p. 67). De modo geral, a dimensão teórico-metodológica permite ao profissional dispor-se de material teórico para análise e apreensão bem como compreender a respeito do significado da ação realizada. A dimensão ético-política se apresenta no ato de planejar a ação conforme valores e princípios da profissão, e a dimensão técnico-operativa encontra-se na operacionalização da ação através do manuseio de instrumentos e técnicas.(SANTOS, 2013a).

Iamamoto (1998) aponta que a dimensão técnico-operativa representa o instrumental operativo do Serviço Social, externa a eficiência técnica para o fazer profissional, entretanto se esses atributos estiverem desvinculados das dimensões teórico-metodológica e ético-política pode transformar em uma intervenção profissional tecnicista. logo que será no cotidiano que essas dimensões da profissão iriam se confrontar e se complementar, conseqüentemente.

Portanto, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional estão em constante processo de dinâmica de totalização, visto que

¹³ Carta aberta aos/às estudantes de EaD do Brasil , disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota_abepss_editada.pdf Acesso em 15 nov. 2022.

"constituem-se síntese de múltiplas determinações, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano" (GUERRA, 2013a, p. 45), e compreender essas dimensões e suas relações, recorrendo à orientação do PEP, o exercício profissional se torna crítico e reflexivo, evitando uma prática mecânica e tecnicista.

No cenário contemporâneo atravessado pela produção e reprodução da sociedade capitalista, é no cotidiano da prática do assistente social que a atuação profissional é direcionada a assumir uma dimensão ético-política de viés crítico com vistas à emancipação humana diante das demandas apresentadas aos profissionais, que se tornam cada vez mais conflituosas tendo em vista as transformações societárias, é essa forte característica que fomenta a realidade do profissional enquadrado no cenário antagônico onde o Serviço Social é chamado a responder nessa conjuntura de precarização em face da mercantilização das políticas sociais.

Conclui-se assim que as instâncias representativas da categoria como a ENESSO, a ABEPSS, e o Conjunto CFESS/CRESS, responsáveis pelo movimento estudantil, formação profissional e fiscalização profissional, respectivamente, defendem a formação profissional ordenada com a perspectiva crítica ao desenvolverem um papel importante na defesa dos princípios e valores do projeto ético político do Serviço Social ao se posicionar de forma contrária ao EAD.

2.2 Os desafios do Serviço Social na emancipação de sujeitos

Há no Serviço Social um debate acerca da emancipação política e emancipação humana, visto que dentre os onze princípios fundamentais do CE vigente, o primeiro princípio descreve o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.”, esse princípio externa o referencial marxista como norteador do projeto ético-político do Serviço Social a partir dos anos de 1980.

Assim, é imprescindível a compreensão e reflexão acerca desses conceitos que incitam e norteiam a atuação profissional. por esse segmento Marx realiza uma reflexão acerca da emancipação política e da emancipação humana em sua obra intitulada “A Questão Judaica”,¹⁴

¹⁴ livro escrito por Marx em 1843 e publicado no ano seguinte, 1844. Nessa obra o autor dialoga sobre esses conceitos e faz críticas as teses do autor Bruno Bauer (1842- 1843.)

publicada nos Anais Franco-Alemães em fevereiro de 1844, trazendo as suas características, diferenças e limitações.

Na concepção de Marx (2010), a política do Estado e dos indivíduos a religião não é suficiente para garantir a igualdade, pois para o autor, a emancipação humana não é concebida através do estado, a medida que a emancipação política garante uma igualdade jurídica. (SANTOS, 2018), entretanto, o limite de tal emancipação é que aquilo que se torna igualdade perante a lei, ainda se produz e se reproduz como desigualdade de fato. (IASI, 2005, p. 172)

Na perspectiva de Bauer (2004, p. 23-24), entende-se que a emancipação humana não acontece em um plano único, “certamente, a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente.”. Contudo, Marx faz críticas aos posicionamentos de Bauer:

Ele impõe condições que não estão fundadas na essência da emancipação política mesma. Ele levanta perguntas que não estão contidas na tarefa que se propôs e resolve problemas que deixam o seu questionamento sem resposta. Bauer diz sobre os adversários da emancipação dos judeus que: “Seu único erro foi presumirem que o Estado cristão é o único verdadeiro e não o submeterem à mesma crítica com que contemplaram o judaísmo” (p.3); diante disso, vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política- com a emancipação humana em geral (MARX, 2010, p. 36)

Por esse segmento, Marx (2004, p. 88-89) reflete acerca da emancipação,

[...] a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

No tocante a emancipação política, entende-se a partir das reflexões do autor que “a emancipação política é limitada porque trata-se de uma emancipação no interior da sociedade burguesa” (MARX, 2010 apud DOS SANTOS RAMOS; MARANHÃO; PEREIRA, 2021, p.5), logo essa emancipação se limita nos moldes do sistema burguês ao pé em que tem seu intermeio pelo estado burguês. Porém, o mesmo não deixa de reconhecer a importância da emancipação política:

não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio

que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (MARX, 2005, p. 23).

Já a emancipação humana, conforme Marx (2010), reflete na superação da propriedade privada de modo a extinguir a exploração da classe trabalhadora, implicando no modo de organização de classes da sociedade capitalista, ademais entende-se a que essa emancipação está ligada a superação a propriedade privada dos meios de produção.

A emancipação humana consiste precisamente na superação do estranhamento ao qual se encontram submetidos os indivíduos ativos na sociabilidade moderna. Significa, pois, que o aspecto predominante da interatividade social não seja o pertencimento a outrem - ao próprio não-ser dos homens - das condições de produção, desta prodigiosa potência objetiva, mas que esta seja recobrada como potência própria dos sujeitos da objetivação. Tal configuração do trabalho não fundada sobre o estranhamento pressupõe que os meios de objetivação, que todos os resultados objetivos e subjetivos do processo de trabalho, percam, portanto, seu caráter e potência dominadora e que existam enquanto extensão efetiva das potências sociais dos indivíduos. As potências sociais objetivadas pelo trabalho seriam, elas próprias, o pressuposto da atividade (VIEIRA, 2018, p. 90).

Dessa forma, seguindo os moldes do sistema capitalista e sua conjuntura, o Código de Ética (CE) de 1993 traz posicionamentos frente aos embates ao sistema de produção capitalista ao reiterar seu compromisso com a classe trabalhadora, “A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida é um princípio a se destacar nesse sentido.” (BARROCO, 2012, p. 59)

Cabe ressaltar que o CE profissional não afirma a real possibilidade de alcançar a emancipação humana, muito menos induz que esse é o papel da categoria ao trazer essa perspectiva emancipatória como uma luta coletiva da categoria com vistas a defesa de uma nova ordem societária, nesse sentido Barroco (2012, p. 60) afirma que:

Assim, quando se referiu à emancipação humana, o CE não pretendeu afirmar que seria possível realizar a emancipação humana nos limites do trabalho profissional, pois supõe que existem vários níveis diferentes de emancipação; que a emancipação sociopolítica não se confunde com a emancipação humana, mas que isso não a torna menos importante. Além disso, no CE, a emancipação social e a política, realizável em graus diversos nos limites da sociabilidade burguesa, não se desconectam do horizonte da emancipação humana no CE. (BARROCO, 2012, p. 60).

Assim, o PEP apreende a defesa da emancipação política, com vistas à emancipação humana, à medida que expressa uma “possibilidade de superação da condição de opressão e dominação presente na sociedade de classes diante do trabalho alienado que alija o homem de suas potencialidades enquanto ser social” (CARDOSO, 2013, p. 205), destarte esse compromisso com a transformação societária não deve ser papel de uma categoria ou projeto profissional, mas sim de uma classe social.

Sobre a perspectiva emancipatória no projeto ético-político, Netto (1999, p. 105) aponta que

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ela se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condições para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Tal dimensão política se coloca a favor da equidade e da justiça social, com vistas a universalidade de bens e serviços oriundos de programas e políticas sociais. Dessa forma, destaca-se a defesa da ampliação e consolidação da cidadania como garantia dos direitos sociais, civis, políticos, econômicos e culturais da classe trabalhadora (DE AQUINO; MACIEL, 2013). Como afirma Yamamoto (2009, p.26) “a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, isto é, da erradicação dos processos de exploração, dominação e alienação”.

Por esse seguimento, Dos Santos (2018) salienta que o PEP do Serviço Social, consolidado no seio das lutas democráticas, sofre ameaças do modo de produção vigente ao impor limites ao avanço da democracia, bem como o avanço do neoliberalismo, fazendo com que esse projeto passe a ser tensionado por limites para essa efetivação e plena garantia de direitos na sociedade através da perspectiva como destacado por Netto (2017, p. 309)

Em poucas palavras: a gênese e a conformação do “projeto éticopolítico” tiveram como suporte sociopolítico a mobilização que levou à derrota da ditadura, as lutas sociais contemporâneas à instauração da “Nova República” e ao processo constituinte de que derivou a Carta Magna de 1988 e, na consequência, a resistência à maré-montante neoliberal. Não é por acaso, aliás, que o texto de 1999 assinalava, nos seus parágrafos finais, a ofensiva neoliberal como antagonista ao novo projeto e afirma explicitamente que “a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo [...] é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social (NETTO, 2017, p. 309).

Ademais, vale realçar que dentre as três dimensões do Serviço Social que contribuem e influenciam diretamente nos desafios postos a atuação profissional na cena contemporânea, é a dimensão ético-política que dialoga sobre o profissional se posicionar e não ser “neutro”. Esse posicionamento ético-político empregado na intervenção profissional através dos princípios norteadores do código de ética, desse modo o/a Assistente Social voltara sua prática para um posicionamento político na defesa intransigente dos direitos dos usuários. nesse sentido, Sousa (2008, p. 3) aponta que:

Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o

profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática.

O Assistente Social materializa a sua intervenção na realidade fundamentada por um posicionamento a favor da liberdade, da universalidade de direitos e também dos demais princípios éticos da profissão juntamente com sua bagagem de conhecimento teórico, essa intervenção implica na dimensão teórico-metodológica e a forma como o profissional deve estar atento a enxergar a realidade e como olhar para a sociedade. esse cuidado e atenção permitem ao profissional “um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real.” (SANTOS, 2013, p. 2). Dessa forma,

quando se referiu à emancipação humana, o CE não pretendeu afirmar que seria possível realizar a emancipação humana nos limites do trabalho profissional, pois supõe que existem vários níveis diferentes de emancipação; que a emancipação sociopolítica não se confunde com a emancipação humana, mas que isso não a torna menos importante. Além disso, no CE, a emancipação social e a política, realizável em graus diversos nos limites da sociabilidade burguesa, não se desconectam do horizonte da emancipação humana no CE. (BARROCO, 2012, p. 60).

Nesse sentido, cabe discorrer acerca dos limites e possibilidades enfrentados pelo serviço social em relação à emancipação humana dentro da sociabilidade capitalista enquanto profissão inserida na divisão sócio e técnica do trabalho e como a categoria profissional não deve perder essa dimensão com perspectiva de construção de uma nova ordem societária, tendo em vista as pautas levantadas pela categoria e suas bandeiras de luta frente a classe trabalhadora. Em conformidade com o assunto, Santos (2013, p.4) salienta que

O profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico-metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais (SANTOS, 2013, p.4).

Desse modo, elucida-se o reafirmamento desse compromisso feito pela categoria profissional ao adotar esse posicionamento e refletir na devida importância e impacto que a sua intervenção acarreta para a vida dos usuários, por essa ótica a autora Yamamoto (2015) dialoga sobre os desafios encontrados pelo profissional no exercício de sua prática de efetivar as demandas dos usuários frente ao desmonte das políticas públicas

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do Assistente Social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento

burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas; ao cumprimento burocrático de atividades preestabelecidas. Já o exercício profissional é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 22).

Diante disso, faz-se necessário no fazer profissional, mesmo diante do desmonte das políticas públicas e da ofensiva neoconservadora, encontrar possibilidades no seu fazer profissional com vistas a perspectiva emancipatória ao compreender que nas raízes da profissão busca-se com a atuação profissional a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

2.3 Compromisso profissional com o Projeto Ético Político do Serviço Social no cenário contemporâneo: desafios e perspectivas

A aproximação da categoria profissional com a vertente crítica-dialética, desde o contato com a teoria social de Marx e outros autores que segue a mesma vertente marxista, marca mudanças expressivas para o serviço social e seu fazer profissional não necessariamente apenas no que se refere aos referenciais teórico-metodológicos, mas também possibilita mudanças significativas no campo prático da profissão diretamente ligado ao exercício prático-operativo profissional (SIMIONATO, 2009).

O Serviço Social enquanto profissão atua no nível privado e público em diversas áreas e temáticas como “proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria” (PIANA, 2009, p. 86), podendo mudar de acordo com a inserção do assistente social no mercado de trabalho.

Diante do exposto, o impacto dessa profissão está na forma que esse profissional busca conhecer a realidade de atuação, compreendendo as mudanças da sociedade e a forma como elas afetam diretamente na realidade do usuário para de forma posterior dar uma futura resposta a demanda apresentada, trazendo consigo o compromisso ético-político com a classe subalterna

bem como o comprometimento com o serviço prestado para a sociedade, pois o mesmo entende que seu fazer profissional pode influenciar na qualidade de vida de seus usuários.

No debate atual, cabe discorrer acerca das transformações no mundo do trabalho e as mudanças do Estado, nesse sentido pode-se perceber que principalmente na esfera estatal essas transmutações acarretam larga escala de modo a contribuir para a pauperização do trabalhador ao corroborar com esse círculo vicioso da precarização e do desemprego diante do fato que na atualidade não é possível perceber por parte do Estado, estratégias ou políticas que se voltem a minimizar os danos causados pelo desemprego.

O Estado na cena contemporânea se compromete com a doutrina socioeconômica do Neoliberalismo, responsável por implementar o chamado “Estado Mínimo”, que se compromete a prover o mínimo para a sociedade, deixando de lado sua preocupação em prover a sociedade, dando espaço para rodar a ordem do capital. Esse sistema vem se consolidando no Brasil ao passo em que o papel do Estado na sociedade vai se restringindo nas políticas públicas e em dado momento transferindo sua responsabilidade para dar incentivo para que o setor privado atue nessa função.

Cabe ainda assinalar, que na atualidade o Serviço Social encontra desafios para a realização do exercício profissional frente a lógica do capitalismo contemporâneo e as implicações ocasionadas por esse sistema, principalmente no que diz respeito “às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral” (PIANA, 2009, p.100). A vista disso, Iamamoto (2000, p.113), aponta que o cenário atual exige um olhar cuidadoso do profissional ao se inserir no mundo global e se manter atualizado

Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Segundo Iamamoto (2009, p. 34) a profissão apresenta na atualidade desafios, dentre eles a “consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho (que) conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado”. Dessa forma, a autora dialoga acerca dos desafios do Serviço Social na contemporaneidade, a mesma aponta alguns desafios como:

1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil,

assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional;

2) rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país;

3) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais;

4) a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;

5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.

(IAMAMOTO, 2009, p. 38-39).

À face do exposto, pode-se observar que esses desafios que se apresentam à profissão do Serviço Social, e principalmente os que tocam ao processo de formação, afirmam a preocupação da categoria profissional em qualificar profissionais capacitados para entenderem esse conflito vivenciado pela profissão através das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político e não deixar que isso modifique o seu comprometimento com o projeto de formação profissional hegemonicamente adotado e defendido pela profissão.

São essas mudanças que afetam o Serviço Social, onde o mesmo se vê desafiado a compreender e intervir nessa realidade que acarreta a profissão novas expressões da questão social, advindas da mudança no mundo do trabalho. No que se refere a essas novas expressões da questão social, Piana (2009) aponta a precarização do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, a violência em suas várias faces, a discriminação de gênero e etnia.

Ademais, pode-se compreender que a efetivação dos valores éticos preconizados pelo projeto profissional só é possível se ocorrer através do protagonismo da classe subalterna ao se inserir e participar dos espaços públicos, tomando para si voz ativa ao explicar e conhecer seus direitos e a articulação coletiva, nesse sentido o profissional pode colaborar no seu exercício profissional com o fortalecimento da democracia e cidadania, em vista disso

Uma aproximação, por meio da pesquisa criteriosa, às condições de vida e de trabalho das classes subalternas é um requisito indispensável para a efetivação daqueles valores e princípios mencionados. Esta aproximação deve permitir captar interesses e necessidades em suas diversas maneiras de explicitação, englobando formas diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza e à exclusão econômica, social e cultural. Formas de lutas que passam por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais organizados; mas que passam, também, por reivindicações em torno de melhorias parciais de vida, além do conjunto de expressões associativas e culturais que conformam o modo de viver e de pensar das classes e seus segmentos sociais. O desafio é captar os núcleos de contestação e resistência, às formas de imaginação e intervenção do cotidiano, de defesa da vida e da dignidade do trabalhador (IAMAMOTO, 2000, p.126).

Logo, compete reforçar que a materialização do compromisso ético-político firmado pela categoria para com a classe trabalhadora provoca debates no tocante a competência profissional, bem como a formação ofertada aos futuros profissionais, que deve prover “formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” e possibilitar um processo de formação permanente e “estimular uma constante postura investigativa” (NETTO, 2000, apud PIANA, 2009)

Conforme citado anteriormente, a busca pela efetivação do projeto ético-político do Serviço Social perpassa desafios impostos pelo neoliberalismo e a precarização dos direitos civis, sociais e políticos, entretanto a afirmação desse compromisso compete ao profissional, assim o mesmo deve estar atento a essa efetivação, pois na cena contemporânea a realidade em constante mudança instiga do profissional um olhar atento e estratégico com vistas a garantia de direitos da população.

À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação (SANTANA, 2000, p.90).

Dessa forma, a efetivação de um projeto profissional crítico de posicionamento contrário ao sistema de produção capitalista e a sociedade inerente desta é “uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional” (GUERRA, 2007, p.9). A realidade atual exige do profissional uma atuação atenta, ousada e disposta a se apropriar e a decifrar as novas propostas de trabalhos colocadas frente ao Serviço Social (PIANA, 2009).

Dessa forma entende-se que o profissional deve estar em constante busca de atualizações para se posicionar de forma crítica frente a esse cenário de modo a estar em sincronia com os valores e princípios pré-estabelecidos pelo projeto profissional. Nessa perspectiva, Guerra (2007, p.27), pontua que

os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar a profissão o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício profissional [...] é claro ao profissional que não basta se indignar contra a moral burguesa, não basta o senso moral. É necessário que se desenvolva a consciência moral, que se aproprie da ética como reflexão crítica sobre a moral para se estabelecer quais as escolhas e ações tácitas e estratégicas que nos permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervir no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana.

Em vista disso, cabe pontuar a importância do profissional estar em busca de qualificação e atento às orientações do conjunto CFESS-CRESS, bem como ABEPSS e ENESSO, que enquanto espaços de organização da categoria se posicionam em face da luta contra as desigualdades e na defesa dos direitos humanos como:

a mobilização estudantil na defesa da educação pública; o movimento dos sem-teto e dos trabalhadores sem-terra; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; as lutas das mulheres contra a opressão, o feminicídio, o assédio e pela legalização do aborto; as manifestações coletivas contra o desmonte da Previdência Social; as lutas dos afrodescendentes por direitos e contra o preconceito; da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades contra o genocídio de jovens, negros, pobres das periferias urbanas; a luta contra a fobia LGBT e contra todas as formas de racismo (IAMAMOTO, 2019, p.456).

Com as transformações ocorridas nas relações do mundo do trabalho, e principalmente com a Contrarreforma trabalhista, aprovada pela Lei nº 13.647 em 2017 trazem novas demandas ao ambiente profissional do Serviço Social, uma vez que esse profissional se enquadra enquanto classe trabalhadora como as demais profissões, essa nova configuração traz para o cenário atual precarização.

Em comemoração ao 1º de maio, Dia Mundial do Trabalhador, o CFESS realizou uma entrevista¹⁵ com a assistente social Maria Inês Bravo, professora da Pós-graduação da UERJ e integrante da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, na ocasião a mesma dialoga a respeito dos impactos causados no trabalho e na vida dos profissionais da categoria com a reforma trabalhista aprovada em 2017, nesse sentido a professora emite a seguinte resposta:

Essa conjuntura vai afetar os/as assistentes sociais nas condições de trabalho, com os píssimos salários, instabilidade no emprego, assédio moral. Nas atribuições profissionais: com a demanda dos/as empregadores/as com relação à burocratização das ações profissionais, com desvio de função, com apassivamento ou solicitação do apassivamento dos/as usuários. Dentro desse contexto, nós, assistentes sociais, temos diversos desafios: Um desafio pro trabalho cotidiano do/a assistente social é a efetiva ação socioeducativa, uma ação reflexiva, e que pode se dar em todas as áreas. Quer dizer, é no trabalho de grupo, é no trabalho individual, que vamos discutir e refletir com os/as usuários o impacto das contrarreformas e das suas condições de vida e trabalho. O estímulo à participação popular e organização dos/as usuários/as nos seus diversos fóruns, conselhos e a participação nas conferências de saúde e assistência, pressionando para que elas se realizem e tendo propostas nestas conferências. E, por fim, o estímulo à participação e organização, junto com a classe trabalhadora, na defesa das liberdades democráticas, na defesa dos direitos sociais, pra mudança efetiva, contribuição pra mudança dessa realidade perversa que nós estamos vivendo (BRAVO, 2019, s.p).

Portanto, fica claro o posicionamento da professora ao manifestar que se faz necessário que a categoria se movimente junto aos demais setores da população, de modo a criar estratégias para integrar os espaços de luta para a continuidade e manutenção dos direitos trabalhistas.

¹⁵ Entrevista disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1566>

assim compreende-se a importância de ter um profissional competente na atualidade, qualificado e atualizado que possa atuar na defesa dos direitos sociais, contribuindo com a efetivação da ação socioeducativa ao levar informações aos seus usuários.

O cenário atual, marcado pelos ataques à democracia da classe trabalhadora, pelo avanço do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, requisita um profissional crítico frente ao contexto da realidade brasileira e comprometido com a luta da classe trabalhadora, buscando estratégias de ações que potencializam sua prática profissional, firmando assim seu compromisso político com a profissão e com o projeto ético-político profissional.

Diante do exposto, através da perspectiva crítica do projeto profissional hegemônico por meio do intermédio do exercício profissional, ocasiona em respostas concretas para uma democracia social, econômica e política, dessa forma espera-se que o profissional possa enfatizar o compromisso ético e político da categoria na contemporaneidade, contribuindo para a efetivação dos direitos da sociedade brasileira com vistas a emancipação desta e do projeto profissional.

CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

No referido capítulo será abordado sobre como se deu a construção de todo o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, versando sobre o percurso metodológico da pesquisa e quais materiais utilizados para a concessão da pesquisa, versando sobre as particularidades objetivadas com a realização da pesquisa, abordando assim sobre com se deu todo esse processo e seus resultados.

De modo inicial foi debatido sobre os aspectos metodológicos da pesquisa explorando as singularidades da pesquisa realizada e seus desdobramentos, no segundo ponto foi abordado sobre os fragmentos lúdicos da pesquisa de modo a explicitar o que motivou o estudo e os interesses da autora sobre o determinado assunto, por fim elucidada-se sobre os resultados da pesquisa e os impactos dos mesmos.

3.1 Aspectos Metodológicos

Para que uma pesquisa seja desenvolvida é preciso determinar de que maneira a mesma será efetuada por meio de um modelo ou desenho, que segundo os autores González, Fernández e Camargo (2014, p. 43) “um desenho da pesquisa está determinado pelo tipo de investigação que se pretende realizar, e pela hipótese que se deseja verificar durante o processo” e modelo

significa, para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 154) “plano ou estratégia concebido para obter a informação que se deseja”.

Por esse segmento, o autor José Filho (2006, p.64) aponta que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”, deste modo buscou-se conhecer a realidade abordada pelos autores refletindo acerca das constantes mudanças da realidade e como a profissão atua frente a essa conjuntura.

Nesse contexto, esta pesquisa se apresenta como um estudo qualitativo, como aponta o autor Chizzotti (2005, p. 79). “[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Dessa forma, deseja-se adquirir informações e respostas no que diz respeito aos apontamentos e problemáticas apontadas por meio da abordagem qualitativa de caráter exploratório, já que as pesquisas qualitativas com caráter exploratório têm intuito de esclarecer ideias e conceitos e objetiva e objetiva escancarar determinado fato, como aponta o autor Gil (2007, p. 27)

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Desta maneira, o tipo de pesquisa utilizada no estudo é a pesquisa bibliográfica, que se dá através da fundamentação teórica, que de acordo com Gil (2008) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de material já elaborado, constituído, sobretudo, de artigos científicos e livros", objetivando assim analisar diversos pensamentos e posicionamentos acerca da temática abordada, logo, através deste estudo foi possível dialogar com autores do Serviço Social, objetivando adquirir respostas acerca da problemática apresentada.

Nesse contexto, através da pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica como percurso metodológico foram utilizados alguns autores de referência na produção teórica do Serviço Social como José Paulo Netto, Behring e Boschetti, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Martinelli, Marilda Vilela Iamamoto, Pianna, dentre outros., com vistas a elucidar e trazer qualidade ao material revisado, por intermédio do método crítico dialético que permite a compreensão da realidade social considerando as tensões ocasionadas pelas contradições sociedade capitalista, dessa forma esse método permitiu identificar "as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa" (NETTO, 2011, p. 46).

Assim, a pesquisa bibliográfica foi realizada durante os meses de julho a outubro de 2022, onde foram pesquisadas por meio físico e eletrônico em livros do Serviço Social, artigos de revistas, sites, documentos, periódicos, leis, projetos, códigos de ética e em materiais da Biblioteca Prof. Vladenir Pontes Menezes no *campus* Lagoa Seca do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (Unileão), o que permitiu maior análise desses documentos a respeito das diversas teorias dos autores supracitados ao longo do estudo.

Quanto aos aspectos éticos ao longo do percurso metodológico da pesquisa, afirma-se que todos os materiais utilizados estão devidamente referenciados e citados, conforme as normativas esperadas para o alcance de uma pesquisa qualificada, a fim de não permitir a possibilidade de ter plágio ou aproveitamento incorreto das informações utilizadas ao longo de todo o processo da pesquisa que finalizou no presente estudo com vistas a incrementar a qualidade da pesquisa.

3.2 Aproximação com o objeto: fragmentos lúdicos

O interesse pelo tema surgiu em meio aos debates vivenciados em sala de aula nas disciplinas de Ética Profissional, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico do Serviço Social, Processos de Trabalho e Serviço Social e a disciplina optativa Serviço Social e Contemporaneidade. No que diz respeito ao objeto de estudo em questão, surgiram algumas inquietações, dentre elas, acerca do compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora por meio do projeto ético-político profissional e a sua perspectiva emancipatória que se desenvolve na atualidade em meio aos seus processos de trabalho.

Como resultado, busca proporcionar reflexões críticas com a pesquisa. Por consequência, a pesquisa procura refletir e discutir de forma crítica acerca da perspectiva emancipatória do projeto ético-político da profissão na cena contemporânea. Esta observação fez despertar a preocupação em compreender melhor o assunto, enquanto refletia sobre as transformações sociais e os desafios enfrentados pelos profissionais.

Dessa forma, o interesse pela temática surgiu por meio das disciplinas estudadas durante a graduação, contudo houve um interesse pessoal, que se voltou para considerar e concordar que este tema é de extrema relevância para a categoria do Serviço Social, já que no cenário atual o mesmo é fruto de grandes debates no processo de formação profissional, levando a escolha final de abordar a temática.

É válido trazer que antes de definir este tema, foi pensado em outros como os impactos dos desmontes nas políticas públicas na sociedade atual. Contudo, observou-se que o tema

escolhido trazia um olhar mais amplo, abordando também sobre o outro assunto bem como permitia uma melhor análise da conjuntura atual e dos desdobramentos do exercício profissional na atualidade no enfrentamento das expressões da questão social.

Por esse viés, a escolha proporcionou à autora aprofundar seus conhecimentos com o tema em questão, contribuindo assim para uma formação de qualidade ao se comprometer e envolver com os debates da profissão de modo a buscar sempre refletir acerca desses desafios profissionais e se atualizar para um melhor aproveitamento da graduação e futuro exercício profissional.

Diante do percurso, foram encontradas algumas dificuldades na tentativa de produzir um material completo com pesquisa bibliográfica atualizada com base de dados recentes, entretanto as maiores fontes e bases que levaram a construção desse estudo são de no mínimo 10 anos atrás, porém isso não dificultou ou interferiu, pois apesar disso todos os materiais fazem menção a cena contemporânea e otem particularidades que elucidam a pesquisa contribuindo no aproveitamento dos mesmos.

Dessa forma, pode-se encontrar respostas acerca da problemática feita para o desdobramento da pesquisa através dos materiais encontrados e os autores devidamente referenciados ao longo de todos os capítulos, nesse sentido fora possível analisar de forma clara e objetiva as particularidades que compreende as relações do Projeto Ético Político do Serviço Social com o fazer profissional do Assistente Social na cena contemporânea, bem como os demais objetivos expectados com a pesquisa.

3.3 Análise dos resultados da pesquisa

É possível afirmar que a discussão sobre o arcabouço normativo da profissão de Serviço Social, por meio do projeto ético-político profissional, deve ser problematizado levando em consideração a complexidade da sociedade capitalista, assim considerando também a conjuntura que orientou as bases da construção desses normativos (DOS SANTOS, 2019), dessa forma essa discussão implica em reconhecer a organização da categoria frente aos movimentos e seu caráter de luta explicitados por intermédio das resoluções.

Isso posto, convém apontar que a posição do PEP da categoria exige do profissional uma profunda leitura da realidade e das relações sociais e contraditórias que chegam até o âmbito de trabalho do Assistente Social, trazendo desafios para a materialização do mesmo em vista desses desafios postos pela realidade, ocasionando mudanças na exclusão do exercício profissional e sua respectiva intervenção.

Logo, essa leitura da realidade feita pelo profissional carece de estudo dos materiais formativos da profissão que serão utilizados enquanto estratégias que dão suporte a atuação do profissional. Esses materiais de cunho teórico possibilita o profissional se munir de base crítica para futura intervenção, destaca-se que as Resoluções do conjunto CFESS/CRESS norteiam essa atuação, uma vez que essa orientação das entidades representativas pode ser vista como suporte aos profissionais, gerando assim mais qualidade nos serviços prestados aos usuários.

Por consequência, será explanado aqui algumas das principais Resoluções do conjunto CFESS/CRESS no que concerne ao exercício profissional, na pretensão de proporcionar reflexões críticas acerca dos normativos enquanto expressões do PEP e suas implicações frente aos desafios da cena contemporânea em face da realidade capitalista. Nesse viés foi construído um quadro com o que se considerou as principais resoluções do conjunto CFESS/CRESS que versam sobre o exercício profissional, como pode ser observado a seguir.

Quadro 1- Principais Resoluções CFESS

Número	Assunto
Resolução nº 273/1993	Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências
Resolução nº 493/2006	Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.
Resolução nº 533/2008	Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social
Resolução nº 556/2009	Procedimentos para efeito da Lacreção do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social
Resolução nº 557/2009	Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjunta aos entre assistente social e outros profissionais.
Resolução nº 572/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos conselhos regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos e dá outras providências.

Fonte: Primárias (2022).

A *Resolução nº 273/1993 - Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências*, trazendo ao exercício profissional do/a assistente social princípios norteadores ao processo de intervenção na realidade posta ao profissional por meio de bases teóricas que dialogam com o fazer profissional e fundamentos éticos-políticos que orientam e defende a ampliação de direitos dos indivíduos. O CE dispõe de 36 artigos que exprimem ao longo da redação o dever dos profissionais da categoria o comprometimento com a classe trabalhadora, exigindo dos mesmos uma postura crítica na análise do cotidiano para enfrentamento das expressões da questão social como norteador do seu processo de trabalho.

A *Resolução nº 493/2006 - Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social*, expressa os limites da responsabilidade dos/as profissionais acerca da perspectiva de intervenção que perpassa o debate através das entidades representativas no diálogo com as instituições empregatícias diante do fato de que a qualidade dos serviços prestados dependem das condições físicas e materiais dispostas pelas instituições. nesta resolução fica explícito a garantia das seguintes condições:

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b-recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c-ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d-espço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução. (CFESS, 2006, p.1)

Dessa forma, destaca-se na Resolução do CFESS n 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do Assistente Social essa resolução externa que a responsabilidade dos profissionais defenderem essa qualidade ofertada, apesar de que a devida garantia dessa qualidade é papel das instituições, cabendo ao assistente social quando necessário “denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais” (CFESS, 2012, p.34).

A **Resolução nº 533/2008 - Regulamenta a supervisão de estágio no Serviço Social**, versa sobre a função do profissional do Serviço Social no processo de formação de novos profissionais, considerando, pontos importantes como a responsabilidade formativa do assistente social enquanto supervisor de campo e supervisor acadêmico. destaca-se essa resolução como uma das principais, pois esse profissional é chamado a responder à responsabilidade do compromisso ético feito pelo mesmo com a supervisão de estágio, atribuição privativa do assistente social, na perspectiva de formação.

A **Resolução nº 556/2009 - Procedimentos para efeito de lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social**, dialoga sobre os materiais produzidos pelo Serviço Social, explanando a diferença entre material técnico e material técnico sigiloso do Serviço Social e a responsabilidade do profissional em entender e diferenciar esse material,

Art. 2º – Entende-se por material técnico sigiloso toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação. Parágrafo Único - O material técnico sigiloso caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas, cujas informações respectivas estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.

Art. 3º – O assistente social garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, indicando nos documentos sigilosos respectivos a menção: “sigiloso”.

Art. 4º – Entende-se por material técnico o conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais, de caráter não sigiloso, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários, como: relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos (CFESS, 2009, p.2).

Por isso, essa resolução regula o sigilo no âmbito do Serviço Social e salienta o debate acerca do compromisso ético-político no atendimento dos usuários e o amplo leque de demandas posta a profissão, entendendo que a passagem daquele usuário em determinado espaço/equipamento não é passageiro e os registros feitos possibilitam a continuidade feita por outro profissional de mesma competência na mesma instituição.

A **Resolução nº 557/2009 - Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjunta aos entre assistente social e outros profissionais**, traz o debate acerca do assistente social à medida que este se integra em equipes multidisciplinares dialogando sobre a produção de material em conjunto com outras profissões, indo par além desse olhar e trazendo reflexões sobre a atribuição privativa e a competência profissional em momentos de diálogos e na emissão de documentos com as demais profissões. Nesse sentido a resolução aponta

Art. 4º. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. Parágrafo primeiro. O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica (CFESS, 2009, não paginado).

A Resolução nº 572/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos conselhos regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências, ratifica a manutenção da identidade profissional mesmo nesses cargos

Art. 5º. O profissional, assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional, deverá atuar com a devida e necessária competência técnica, competência teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético, independentemente da denominação de seu cargo ou função (CFESS, 2010, s.p).

Em face das considerações postas, entende-se que a construção e implementação dessas resoluções fomentam a contribuição da profissão para a realidade social, fortalecendo seu exercício profissional nos diferentes espaços de atuação e dando materialidade ao projeto ético-político. Diante disso, cabe ressaltar que esse arcabouço teórico construído pela categoria demonstra as potencialidades do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, pode-se constatar que os princípios ético-políticos que norteiam o exercício profissional na cena contemporânea encontram desafios com o enfrentamento das expressões da questão social, dessa forma, Brites *et al.*, (2008, p. 127) salienta que “{...} entendemos que a reflexão ética é um dos espaços onde encontraremos suporte para a busca de respostas a essas questões impulsionadoras da ação, a partir dos desafios colocados pelos projetos sociopolíticos de nossa realidade social”. Logo, o cenário atual exige do profissional uma reflexão ética e crítica acerca da conjuntura capitalista, bem como do fortalecimento de suas bases teóricas, como os princípios éticos norteadores da profissão e as competências e atribuições privativas do assistente social.

Desta forma, o CFESS (2011, p. 18-19) aponta algumas competências gerais que fundamentam a interpretação crítica dessa realidade posta, atravessadas por um contexto sócio-histórico que se situam na intervenção profissional, dentre elas a:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado

Portanto, as bases normativas da profissão regulamentadas pela Lei Federal 8662/1993, externam, através desta, a dimensão ética do Serviço Social, estabelecendo assim as competências e as atribuições profissionais em seus artigos 4º e 5º. Dessa forma, cabe elucidar no presente trabalho, ao longo dos quadros 2 e 3, respectivamente, as competências e as atribuições privativas do assistente social, fazendo apontamentos acerca destes normativos que guiam a ação profissional.

Quadro 2- Competências do/a Assistente Social

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
IV - (Vetado);
V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Fonte: Brasil (1993, p. 44-47)

Na Lei da Regulamentação da profissão, pode-se apreender como competência a “capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (IAMAMOTO, In: CFESS, 2012, p. 37). No que concerne a análise crítica da realidade através das competências profissionais, o CFESS (2011, p. 19) aponta:

As competências permitem ao/à profissional realizar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano

As competências profissionais permitem a possibilidade do assistente social se aprofundar nas suas ações e intervenções, dialogando com as dimensões da profissão, expostas no capítulo anterior, na busca dos melhores caminhos e possibilidades de intervenção das diversas demandas que chegam nos espaços de trabalho da categoria profissional, objetivando sempre atender essas expressões da questão social da melhor forma possível. A seguir pode ser visualizado o quadro 03, que conforme citado anteriormente, apresenta acerca das atribuições privativas do/a Assistente Social.

Quadro 3 - Atribuições Privativas do/a Assistente Social

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Fonte: Brasil (1993, p. 44-47)

Guerra *et al.*, (20, p.5-6) definem as atribuições privativas como “as funções que essa profissão desempenha no escopo da divisão social e técnica do trabalho”. Daí ser algo privativo. O caráter privativo relativo às atribuições de uma profissão não significa reserva de mercado. Sua observação não depende, apenas, da definição da própria categoria, mas não deixa de ter a sua interferência”, assim, dialogam sobre essas atribuições expressarem o perfil de um profissional inserido no mercado de trabalho. Logo, atribuições privativas são aquilo que apenas os Assistentes Sociais poderiam realizar em matéria do Serviço Social. Dessa forma, pode-se observar as diferenças entre atribuições privativas e competências ao considerar que

as atribuições privativas são aquelas que se referem diretamente à profissão, como a atribuição privativa de coordenar cursos, bem como equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas. E competências são aquelas ações que os (as) assistentes podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas (MATOS, 2015, p. 681-682).

Portanto, é essencial debater sobre instrumentalidade no processo de formação e manter aceso esse debate na categoria profissional, pois é “primordial para que possamos desempenhar com competência as atribuições que foram definidas para o assistente social na lei de regulamentação profissional” (SOUZA, 2008, p. 124), ressaltando, assim, a importância de manter a categoria em debate com assuntos que contribuem para a viabilização do acesso aos direitos sociais.

Frente ao exposto, a materialização das competências e atribuições privativas da profissão, aqui explanadas nos quadros acima, almejam fortalecer e qualificar os serviços prestados à sociedade. Levando em consideração as relações de classes e as demandas postas, no campo da intervenção profissional ressalta que essa materialização implica na efetivação do projeto ético-político

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano" (apud Yasbek, 2001), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional — situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico--particulares - a viabilidade do projeto ético- político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2012, p. 36)

Por esse segmento, pode-se observar e discorrer sobre as atribuições da categoria profissional e a relação com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, por meio da análise dos impactos causados pela intervenção profissional ao seguir os princípios norteadores do projeto profissional, bem como os valores ético-políticos dispostos no Código de Ética profissional.

Nesse contexto pode-se considerar que o comprometimento que a categoria profissional possui com a classe trabalhadora é bastante forte, conforme exposto. É nesta perspectiva que Iamamoto (1998, p. 80) aponta que “os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente”, logo ressalta o compromisso feito pelo Serviço Social com a classe trabalhadora na perspectiva de transformação da realidade desta bem como da ordem social.

De modo concreto pode-se compreender e apreender acerca da responsabilidade da ação profissional através de seu exercício e prática com a transformação social, que o mesmo por meio de uma perspectiva teórico-crítica, proporciona ao exercício diário desvelar as novas demandas e faces da questão social e a compreensão de que esse reconhecimento pode abrir espaço para as novas possibilidades de atuação.

Portanto, através da pesquisa foi possível realizar uma análise minuciosa do projeto profissional e o seu vínculo com o fazer profissional que se propõe à construção de uma nova ordem social e o combate ao sistema capitalista, também foi possível através deste o entendimento maior acerca do vínculo entre o projeto profissional e os projetos societários de modo a perceber as condições reais de trabalho e o impacto dessas condições na efetivação deste projeto profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a analisar como à perspectiva emancipatória da profissão mantém relações com o exercício profissional e o projeto ético-político da categoria, desse modo, mediante o exposto pode-se observar que essa perspectiva só é possível alcançar através do comprometimento da classe trabalhadora com seu próprio projeto societário, ressalta-se assim, a importância de compreender que o compromisso com a transformação societária que pressupõe a emancipação não deve ser papel de uma categoria ou projeto profissional, mas sim de uma classe social.

A pesquisa apresentada neste estudo evidencia que as transformações societárias colocam os desafios ao exercício profissional, tendo em vista que a intervenção do exercício profissional só é possível com uma leitura efetiva da realidade posta, o mesmo deve estar sempre atento a conjuntura vivenciada pela profissão e pela realidade, de modo a sempre se manter atualizado conforme preconiza a categoria profissional através das entidades representativas.

Nesse contexto, buscou-se dialogar de forma crítica acerca da luta de classes na sociedade capitalista e a relação da mesma com a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, discorrendo sobre a conjuntura vivenciada da mesma pelo capitalismo e o aparecimento das expressões da questão social, discorrendo acerca do compromisso firmado pela categoria com o projeto societário da classe subalterna bem como da análise dos obstáculos do projeto ético político frente às transformações sociais.

Diante do exposto, considera-se que os objetivos foram alcançados ao passo em que fora possível compreender a luta da categoria para a consolidação de suas bases teóricas e de seu projeto profissional mediante as lutas da mesma ao longo de seu processo histórico travado por diversos acontecimentos que por um longo tempo condicionou a prática profissional a bases conservadoras de cunho missionário e assistencialista até se firmar na teoria marxista.

Pode-se observar ao longo do percurso de construção da pesquisa que a profissão ganha destaque ao se aproximar cada vez mais da realidade investigativa, reafirmando o significado social da profissão na intervenção e investigação da realidade social, cabe ressaltar que o Serviço Social na contemporaneidade necessita estar atento ao movimento das classes sociais e ao contexto do mundo do capital, com vistas a decifrar a realidade, fazendo com que se construa respostas concretas na intervenção profissional postas no cotidiano da profissão.

A atuação do assistente social representa para a sociedade de um modo geral o compromisso com o fortalecimento das lutas na efetivação da garantia dos direitos sociais,

civis, políticos, econômicos e culturais da classe trabalhadora, se comprometendo a levar para os usuários serviços de qualidade que fomentem essa prerrogativa na defesa do aprofundamento da democracia, externando para a sociedade a importância da participação política de forma crítica objetivando a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Apesar da relevância do tema, nem sempre o mesmo ganha a devida importância e o cuidado de ser abordado pelos profissionais, tendo em vista que esse debate fica mais para formação acadêmica, entretanto com as constantes mudanças na atual conjuntura se faz necessário debater o mesmo no exercício profissional cotidianamente ao refletir sobre a atuação e as perspectivas emancipatórias causadas através da intervenção profissional e os seus impactos na vida dos usuários. Cabe ressaltar que este tema, apesar de tido como base para a profissão, acarreta ser um dos mais relevantes para a materialização do fazer profissional e a luta coletiva da categoria, pois o entendimento real acerca da possibilidade de emancipação dos sujeitos sociais através da construção de uma nova ordem social, refletindo acerca das tensões provocadas pela conjuntura possibilita na efetivação do projeto ético político profissional.

Deste modo, é válido acentuar acerca das ameaças postas ao exercício profissional com o EAD, destacando a necessidade de pôr no mercado profissionais qualificados e comprometidos com o projeto ético político na luta contra o conservadorismo defronte aos embates da ofensiva neoliberal e as consequências desta crise para a classe trabalhadora, salientando a atuação necessária da categoria coletiva na ocupação desses debates para que o mesmo possa levar a defesa de uma formação profissional crítica e de qualidade.

Portanto, esse debate deve ser fomentado sempre ao longo do processo de formação, e desdobrado acerca dos limites e possibilidades que o mesmo possui, considerando os resultados obtidos com a intervenção profissional, pois esta prática profissional possibilita transformações na vida dos usuários de modo a descortinar a realidade. Entretanto, cabe à categoria estar atenta às ameaças e possibilidades do exercício profissional na materialização de uma direção ético política e teórica do projeto profissional.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n.79, p.72-81, set. 2004.
- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 7 1997.
- ARALDI, Elmides Maria. **Aprensão teórico-crítica da categoria liberdade no cotidiano: uma contribuição para as reflexões do projeto ético-político do serviço social**.135. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**/Maria Lucia Silva Barroco. – 7ª ed. – São Paulo. Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana M.M. **Questão Social e Direitos**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 267-283.
- BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10ª. ed. rev. Atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRAVO, Maria Inês. **Primeiro de maio: somos assistentes sociais, somos classe trabalhadora!** [Entrevista concedida ao] Conselho Federal de Serviço Social. 1º maio 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1566>.
- BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque: projeto Ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. Revista Inscrita. N 10. Brasília: CFESS, 2007.
- BRITES, Cristina Maria *et al.* **A importância da reflexão ética na formação do profissional de serviço social**. Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2007.
- BUER, Bruno. “**A questão Judaica**”. In: Karl Marx.: Manuscritos Econômicos- Filosóficos. Editora, Martins Claret, 2004.
- CARDOSO, P.F.G. **Ética e Projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93 Lei de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/1993 - Institui o Código de ética profissional do/a assistente social e dá outras providências.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 493/2006 - Dispõe sobre condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533/2008 - Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 556/2009 - Procedimentos para efeito da Lacração de material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 - Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre assistente social e outros profissionais.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 569/2010 - Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

DE AQUINO, Maura Alvarenga; DE CASTRO MACIEL, Fabrícia Cristina. **Direitos humanos e cidadania: um desafio ao Serviço Social contemporâneo.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, p. 1-17, 2013.

DOS SANTOS RAMOS, Vanessa Isabella; MARANHÃO, Samara Santos Souza; PEREIRA, Claudia Caroline Delefrate. **A EMANCIPAÇÃO NO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.** Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021.

DOS SANTOS, AILA FERNANDA. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA E O SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS, LIMITES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

DOS SANTOS, AILA FERNANDA. **EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA E O SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS, LIMITES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas. 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, J. A. T.; FERNANDEZ, A. H.; CAMARGO, C. B. **Aspectos Fundamentais da Pesquisa Científica.** Asunción, Paraguay: Marben, 2014.

GUERRA, Yolanda, *et al.* **Atribuições privativas e competências profissionais do/a assistente social: contribuições ao debate.** Brasília:DF, CFESS, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, p. 15-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. – 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2000. Versão PDF.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**/Marilda Villela Iamamoto. – 7^a. ed. –São Paulo: Cortez, 2004.

JOSÉ FILHO, Pe. M. **Pesquisa: contornos no processo educativo**. In: JOSÉ FILHO, Pe. M; DALBÉRIO, O. Desafios da pesquisa. Franca: Unesp - FHDSS, p.63-75, 2006.

LIMA, Cristiana Costa. ÉTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA NO BRASIL: uma construção histórica. **Revista de Políticas Públicas**, p. 307-313, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**/Maria Lúcia Martinelli. - 6^a ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2008^a.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: primeiro capítulo (1845-1846)**. Ed.Ridendo Castigat Mores: Fonte Digital Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>.

_____. **Manifesto Comunista**. 4 ed. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **A sagrada família**. São Paulo. Boitempo. 2011.

_____. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**. São Paulo. Boitempo. 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo. 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e Projeto Societário**. Revista Inscrita. N 12. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde*, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo. **Elementos para uma leitura crítica do manifesto comunista**/ José Paulo Netto. Rio de janeiro, abril de 1998. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/fdr/docs/jose-paulo-netto-manifesto.pdf>.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

PIANA, C. M. **O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Revista serviço social e sociedade, n.107, São Paulo: Cortez, 2011, p.420-437.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político.** Revista Inscrita. N 12. Brasília: CFESS, 2009.

SAMPIERI, R. H. COLLADO, C. H. & LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa.** Tradução: Murad, F. C., Kassner, M. & Ladeira, S. C. D. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill. p.583, 2006

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte: CRESS-MG, ano 2, v. 2, n. 3, 2º semestre, 2013a.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 21-44.

TAVARES, Rosilene Aparecida. As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do serviço social no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, n. Especial, p. 893-906, 2020.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.